

## **MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NO MUSEU ARQUEOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL**

SARAH MAGGITT SILVA<sup>1</sup>; PEDRO LUIS MACHADO SANCHES<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas 1 – sarahmaggitti@gmail.com 1

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – pedrolmsanches@gmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

As representações acerca dos povos indígenas não emergem de forma espontânea, mas resultam de processos históricos moldados por assimetrias de poder. Essas construções simbólicas foram naturalizadas ao longo do tempo, configurando-se como produtos da lógica colonial, que impôs classificações, estigmas e hierarquias. Nesse contexto, os museus assumiram papel central, funcionando como instâncias de legitimação e difusão de discursos que, muitas vezes, consolidaram visões estereotipadas sobre os povos indígenas. Segundo LANDER (2005, p. 13), a construção eurocêntrica “[...] pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal [...]”.

É relevante salientar que as concepções de matriz eurocêntrica não apenas se expandiram, mas também se enraizaram de forma duradoura, sobretudo em contextos sociais e educacionais situados em territórios colonizados. Nessas esferas, tais referenciais culturais e epistemológicos foram assimilados como legítimos, em detrimento da valorização das cosmologias e sistemas de conhecimentos originários. Esse processo, que implicou a marginalização e a deslegitimação dos saberes indígenas, pode ser claramente identificado ao longo da trajetória histórica da colonização brasileira. Vale lembrar que mesmo após a sua independência, a exploração econômica e as relações de poder entre colonizadores e colonizados permaneceram, assumindo a forma daquilo que QUIJANO (2005), cujo conhecimento produzido tem sido influente no campo dos estudos decoloniais, denominou de colonialidade do poder.

Nesse sentido, o trabalho em questão propõe investigar as representações dos povos originários, feitas a partir dos processos de Musealização da Arqueologia, no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL). O presente trabalho objetiva investigar se essas representações se dão sob a tutela colonialista ou em processos de descolonização e em que medida essas instituições estão incorporando, ou não, as demandas dos povos indígenas quanto à sua autonomia e soberania para a construção de suas histórias, memórias e relações sociais. Sendo assim, a abordagem pretendida do tema e a ênfase em sua relevância social, indicam a viabilidade do trabalho investigativo.

### **2. METODOLOGIA**

O presente trabalho desenvolver-se-á por meio da abordagem qualitativa, com enfoque no estudo de caso acerca das representações indígenas, feitas a partir da Musealização da Arqueologia, no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul. No que se refere à obtenção dos dados deste trabalho, serão empregados

determinados procedimentos, a saber: Realização de pesquisa-ação envolvendo grupos indígenas em uma relação colaborativa, em um primeiro momento, no contexto do Museu investigado, e, em um segundo momento, nas próprias aldeias. O objetivo é que os próprios indígenas se posicionem quanto ao referido Museu ser espaço de descolonização, ou não; análise de Regimentos Internos, Projetos Expositivos e Educativos desenvolvidos pelo Museu e demais documentos; avaliação das exposições e construções narrativas do Museu investigado; elaboração de roteiros de entrevistas semiestruturadas a serem realizadas com os dirigentes e equipe técnica que atuam no Museu; preparo de roteiros de entrevistas semiestruturadas a serem realizadas junto às lideranças e mesmo às pessoas indígenas pertencentes às etnias representadas pelo referido Museu; realização de questionários a serem aplicados junto aos públicos visitantes do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho encontra-se em fase embrionária. No tocante ao Museu a ser investigado, cumpre destacar que possui importantes coleções que se encontram no cerne do interesse desta pesquisa. O Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, localizado em Taquara, foi criado pelo Decreto Estadual nº 18.009/66, de 12 de agosto de 1966. Seu idealizador e fundador, professor Eurico Theófilo Miller, foi responsável por realizar pesquisas arqueológicas na Região Nordeste do Estado, desde a década de 1950. Seu acervo é composto por coleções oriundas de pesquisas em sítios pré-coloniais, com datações de até 12 mil anos atrás. São artefatos de grupos caçadores-coletores, ancestrais dos Minuanos e Charruas; de pescadores-coletores do litoral, construtores dos sambaquis; de horticultores do planalto, ancestrais dos Kaingang; de grupos agricultores das planícies, ancestrais dos atuais Guarani, dentre outros vestígios arqueológicos de grupos pré-coloniais da América do Sul. O Museu também possui em seu acervo vestígios materiais das ocupações do período colonial.

A Musealização está intimamente ligada a um conjunto de procedimentos museológicos de cunho infocomunicacional, apoiados na agregação de valores a objetos de diferentes naturezas. A estes artefatos é atribuída a função de documento e incidem procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural). Segundo Maria Cristina Oliveira Bruno (2014, p. 7), “[...] pode-se inferir que os processos de musealização estão vinculados à valorização e à sistematização dos sentidos e significados extraídos das referências culturais que são alvo da atenção museológica [...]”.

A Musealização da Arqueologia, de acordo com Camila Azevedo Moraes-Wichers (2020, p. 207), “[...] enquanto campo de estudo, foi iniciada no Brasil a partir da década de 1980, tendo nos trabalhos de Bruno um referencial essencial, se expandindo vigorosamente na última década por meio de novas gerações [...]”. No que lhe concerne, está empenhada em criar conexões entre os vestígios arqueológicos e as sociedades contemporâneas. Ainda segundo Moraes-Wichers (2020, p. 211), “[...] a configuração dos museus e da Arqueologia esteve imbricada com os colonialismos e imperialismos [...]”. Não obstante, complementa a autora, os desenvolvimentos dos processos de Musealização da Arqueologia, “[...] também abrem fissuras nos enredos da colonialidade, assim como constroem contranarrativas, buscando superar os apagamentos, raptos e diluição das

experiências de diferentes coletivos imbricados com as narrativas arqueológicas [...]” (MORAES-WICHERS, 2020, p. 225).

Importantes instituições brasileiras como o Museu Nacional (1818), o Museu Emílio Goeldi (1866), o Museu Paranaense (1876) e o Museu Paulista (1890), reproduziram o padrão europeu de conhecimento. De acordo com Lilia Schwarcz (1993), nessas instituições, as classificações de objetos de diferentes nações indígenas eram realizadas a partir de estudos teóricos evolucionistas e raciais da Europa. Objetivava-se, assim, explicar a sociedade brasileira, o que converteu-se nas representações dualistas, a exemplo de “primitivo/moderno” e “selvagem/civilizado”. Nessa construção, os povos originários eram os representantes do “primitivo” e “selvagem”, contrastando com os europeus e seus descendentes, que representavam o “moderno” e “civilizado”.

É necessária a construção de representações a partir dos protagonismos e olhares dos próprios indígenas, tendo a presença desses povos na construção das exposições, de suas narrativas, desde as escolhas dos objetos, até como estes serão expostos. Desta forma, trabalhando-se, nos museus, não mais apenas sobre eles, mas por eles mesmos. Exemplo disto é o que aponta Fabíola Andréa Silva (2012, p. 26), ao discorrer sobre as “arqueologias indígenas” e as novas formas de se fazer Arqueologia, a saber:

As “arqueologias indígenas”, nas suas mais variadas expressões, integram estas novas formas de se fazer arqueologia e são preconizadas como abordagens críticas e alternativas à tradição arraigada das práticas arqueológicas colonialistas “corriqueiramente” conduzidas junto às populações consideradas como “nativas” ou “tradicionais”. Para encetar uma definição, estas arqueologias foram entendidas como práticas arqueológicas onde o objetivo da pesquisa está direcionado para a produção de conhecimento com, para e pelos indígenas e não apenas sobre eles [...].

Imprescindível destacar, nessa conjuntura de mudanças sociais, a importância histórica dos movimentos sociopolíticos protagonizados pelos povos indígenas, no Brasil, pela luta por valorização de suas culturas, pelo reconhecimento e pelos direitos historicamente espoliados e negados pelo Estado. Desta forma, cumpre destacar o envolvimento de diferentes povos originários em processos museais, desde a concepção e implementação de exposições, até a fundação de museus indígenas – o primeiro deles, o Museu Magüta, tendo sido criado no ano de 1991, no Amazonas, notabiliza-se como espaço de resistência, de valorização e de difusão do patrimônio cultural Tikuna. Ressalta-se que a fundação de museus indígenas, no Brasil, cresceu notadamente a partir dos anos 2000, sendo que as Regiões Norte e Nordeste são as que concentram o maior número dessas instituições.

Sendo assim, a abordagem pretendida do tema e a ênfase em sua relevância social indicam a viabilidade do trabalho investigativo, a busca por respostas aos questionamentos apresentados mostra-se exequível. Os dados compilados fundamentarão as reflexões a respeito das representações dos povos originários no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul.

#### 4. CONCLUSÕES

As transformações sociais são inúmeras, constantes e contribuem para despertar, na sociedade, para a necessidade de revisão de seus valores e

conceitos. Frente ao contexto multicultural contemporâneo e aos desafios de um mundo em acelerada mudança, se faz necessário compreender o papel dos museus, especialmente no que diz respeito às representações dos indígenas. Ao preservar as memórias dos povos originários, é preciso observar suas particularidades, seu contexto, em um exercício de preocupação, primeiramente, com os indígenas, em melhor representá-los, considerando os processos de descolonização.

Ao trabalhar com as memórias e culturas dos povos originários, os museus precisam considerar o pluralismo que tão bem caracteriza a contemporaneidade. A sociedade brasileira é marcadamente diversa, existe uma multiplicidade de visões, de crenças, de valores, que deve ser considerada nas narrativas construídas nos museus. Dessa forma, é preciso romper com o discurso de autoridade, com o processo de comunicação museológica em que prevalece uma única versão, a verdade daqueles que controlam o poder, a história escrita pelos vencedores. Ressalta-se que os museus que visam trabalhar com culturas indígenas devem estar atentos à produção de conhecimentos por meio de experiências de aprendizagem com o outro, construindo suas ações junto com as comunidades e não para as comunidades.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2, p. 04–15, 2014. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/379>. Acesso em: 10 jun. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, p. 107-130, 2005.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, p. 8-23, 2005.

MORAES-WICHES, Camila Azevedo. Arqueologia, processos de musealização e representação no Brasil: enredos da colonialidade, fissuras e contranarrativas. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, v. 9, n. 2, p. 206–232, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25160/bjbs.v9i2.122231>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SILVA, Fabíola Andréa. O plural e o singular das arqueologias indígenas. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 24–42, 2012. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/353>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil –1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.